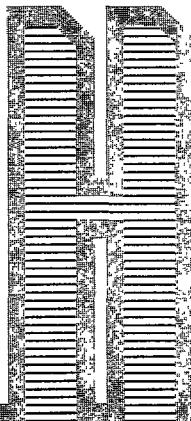




DIÁRIO



República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXIX — Nº 139

CAPITAL FEDERAL

SÁBADO, 27 DE OUTUBRO DE 1984

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 341^a SESSÃO CONJUNTA, EM 26 DE OUTUBRO DE 1984

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discurso do Expediente

DEPUTADO JORGE ARBAGE — Comentários ao editorial do *Jornal do Brasil*, edição de 23 do corrente, sob o título “Sejamos objetivos”.

1.2.2 — Questão de ordem

— Suscitada pelo Sr. Jorge Viana e acolhida pela Presidência, atinente à inexistência de *quorum* para o prosseguimento da sessão.

2.2.3 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se segunda-feira, às 11 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ENCERRAMENTO.

2 — RETIFICAÇÃO

— Ata da 319^a Sessão Conjunta, em 9-10-84.

3 — ATAS DE COMISSÕES MISTAS

Ata da 341^a Sessão Conjunta, em 26 de outubro de 1984

2^a Sessão Legislativa Ordinária, da 47^a Legislatura

Presidência do Sr. Lomanto Júnior

ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Claudiomar Roriz — Galvão Modesto — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alberto Silva — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Luceana — Marcondes Gadelha — Marco Maciel — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Morvan Acayaba — Henrique Santillo — Mauro Borges — Gastão Müller — José Fragelli — Affonso Camargo — Lenoir Vargas — Carlos Chiarella — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alécio Dias — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; Nossa Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Carlos Alberto de Carli — PMDB; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolfo Bittencourt — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB.

Pará

Brabo de Carvalho — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Gerson Peres — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Epitácio Cafeteira — PMDB; João Alberto de Souza — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Chagas Vasconcelos — PMDB; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Paulo Lustosa — PDS.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Vingt Rosado — PDS.

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Aluísio Campos — PMDB; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS;

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA**Dirretor-Geral do Senado Federal****ALOISIO BARBOZA DE SOUZA****Dirretor Executivo****LUIZ CARLOS DE BASTOS****Dirretor Industrial****RUDY MAURER****Dirretor Administrativo****EXPEDIENTE****CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL****Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal****ASSINATURAS****Via Superfície:**

Semestre Cr\$ 3.000,00

Ano Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00**Tiragem: 2.200 exemplares**

Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB; Tarcísio Buriti — PDS.

Pernambuco

Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egidio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Inocêncio Oliveira — PDS; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Moura — PDS; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Roberto Freire — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rolemberg — PDS; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Etelvir Dantas — PDS; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Franciscó Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PDS; Virgildálio de Senna — PMDB.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Stélio Dias — PDS.

Rio de Janeiro

Agnaldo Timóteo — PDT; Alvaro Valle — PDS; Amaral Netto — PDS; Brandão Monteiro — PDT; Celso Peçanha — PTB; Daso Coimbra — PMDB; Denisar Arneiro — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PTB; Gustavo Faria — PMDB; Jacques D'Ornellas — PDT; José Eudes — PT; José Frejat —

PDT; Márcio Braga — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Willmar Palis — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Hélio Duque — PMDB; Italo Conti — PDS; José Tavares — PMDB; Norton Maceo — PDS; Oscar Alves — PDS; Oswaldo Trevisan — PMDB; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Loures Bueno — PMDB; Valmor Giavrina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Ivo Vanderlinde — PMDB; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melro — PDS; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Isben Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; José Fogaça — PMDB; Lélio Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clarck Platon — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasílio Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; João Divino — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Sérgio Cruz — PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — As listas de presença acusam o comparecimento de 40 Srs. Senadores e 175 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Sr. Deputado Jorge Arbage.

O SR. JORGE ARBAGE (PDS — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Um dever de lealdade ao Ministro do Planejamento Delfim Netto, me faz quebrar a rotina do repouso a que me acho submetido após o acidente cardíaco-vascular de que fui vítima, para vir, hoje, à tribuna do Congresso Nacional, cumprir a dupla missão de comentar e pedir a transcrição nos anais dos nossos trabalhos, do Editorial do *Jornal do Brasil*, edição de 23 de outubro último, que traz como título “Sejamos Objetivos”.

Quem, como nós outros, viveu o longo período de críticas ao modelo econômico criado pelos atuais Ministros da área no Governo Figueiredo, arrostando na tribuna o sacrifício da contradição aos artifícios mais cavigosos, para mostrar o acerto das medidas governamentais na busca de soluções para os problemas deste País, ergue a fronte aos Céus, para agradecer à Deus o reconhecimento desse extraordinário esforço, consubstanciado num editorial espontâneo e pleno de isenção, que por isto mesmo deve figurar em nossos anais, para que a história se complete, de um lado registrando a crítica, e do outro, a resposta incisiva, que não aceita questionamento, por evidenciar a essência da verdade.

Para Cristó, “bem-aventurados são os que crêem, porque deles é o reino dos Céus”. O editorial do *Jornal do Brasil*, traçando o perfil da economia brasileira em plena fase de ascensão positiva, não é mais que uma lição histórica, rica de verdades que a fragilidade humana dificilmente aceitaria, não fosse ela partida de origem insuspeita, e principalmente de quem estivesse à altura de comentá-la, baseado em fatos que são visíveis e palpáveis, para não dizermos nascidos da consciência de um articulista, cujo objetivo maior está no propósito de engrandecer o jornalismo pátrio sem parcialismo político ou ideológico.

Os fatos aludidos no editorial “Sejamos Objetivos”, retratam as conquistas de uma época de difícil transição, enquanto oferecem perspectivas otimistas para o futuro não muito remoto, onde toda a Nação brasileira vai sentir o alvorecer de um novo ciclo no processo de abertura democrática, acreditando, ao mesmo tempo, que o Presidente Figueiredo, em que pesce as dificuldades que teve de enfrentar, inclusive a incompreensão de velhos e tradicionais amigos e companheiros, foi realmente fiel aos compromissos assumidos, legando ao seu sucessor um acervo admirável de realizações, graças às quais, o Brasil se integrou entre as grandes potências no mundo contemporâneo.

Quanto ao Ministro do Planejamento Delfim Netto, podemos assegurar que, mais cedo do que esperava, lhe chegou às mãos o testemunho inexorável da história. E o mais importante a ressaltar no episódio é um testemunho de fonte insuspeita, que se valorize pelo conteúdo, e não por desejos mesclados de interesses bajulatórios, estes, logicamente, jamais cogitados por um profissional de imprensa que, acima de tudo se mostrou escravo da justiça e da verdade.

Requeiro, Sr. Presidente, para concluir, a transcrição por inteiro do editorial do *Jornal do Brasil* “Sejamos Objetivos”, com os louvores do orador ao articulista, pela coragem e civismo com que definiu a realidade da economia brasileira, sem ferir melindres de quem quer que seja, mas tendo o mérito de dar a Cesar o que é de Cesar, e a Deus, o que é de Deus!

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. JORGE ARBAGE EM SEU DISCURSO:

Jornal do Brasil 23-out-1984

Sejamos Objetivos

As perspectivas para 1985 tornaram-se o grande tema, a partir de algumas propostas apresentadas pelo Ministro Delfim Neto. O ponto de partida é a verificação de

que boa parte dos gastos públicos efetivados no período recente — que tanto contribuíram para manter a inflação em níveis altos — decorreram das grandes obras em final de execução. Agora estas obras ingressam, na fase de gerar receitas, ao invés de demandar gastos.

Está sendo inaugurada a Usina de Itaipu, as turbinas de Tucuruí preparam-se para ser acionadas, a rodovia Cuiabá—Porto Velho abriu-se ao tráfego e o Projeto Carajás venceu as etapas fundamentais de sua implantação. Esse registro estabelece, pois, uma diferença essencial entre os últimos anos e o exercício de 1985. Neste, o novo governo, qualquer que seja o Presidente eleito, não mais terá grandes projetos simultâneos a executar, sem produzir frutos. A conclusão de tais obras marca também o término da implantação da infra-estrutura de uma nação moderna e desenvolvida, dispondo de grandes centrais elétricas, usinas siderúrgicas, fábricas de cimento e de toda sorte de equipamentos, além de cortada por rede integrada de estradas pavimentadas e contando com alguns eixos ferroviários plenamente recuperados.

Paralelamente, o grande estrangulamento representado pelas contas externas não mais se revestirá de semelhante característica. O país tem tudo para alcançar em 1985, desempenho ainda mais favorável no comércio exterior, inclusive em matéria de superávit. No que se refere, por exemplo, à redução da nossa dependência de importações de petróleo, disporemos de um trunfo novo representado por enormes reservas de gás natural, não mais em locais remotos mas nas proximidades dos grandes centros de consumo. A Petrobrás terá assim a possibilidade de nos brindar com ulterior redução nas compras a serem realizadas no exterior. Acresce a ponteabilidade do parque substitutivo de importações, que implantamos com tantos sacrifícios, assegurando-nos autosuficiência em número significativo de produtos essenciais.

Não há também quaisquer dúvidas quanto à solidez do processo de recuperação da economia desenvolvida. A tendência que já se expressa de modo firme nos Estados Unidos e no Japão ganhará impulso e solidez para abranger a Europa Ocidental. Este elemento favorace enormemente as nossas exportações, que deverão continuar registrando taxas altas de crescimento. Além disto, ambos os candidatos à Presidência dos Estados Unidos já assumiram publicamente compromissos com a redução do déficit público, que é, segundo o comprova a experiência, o fator de elevação das taxas de juros no mercado internacional. A partir desse fato não são previsíveis sobressaltos na administração dos encargos de nossa dívida externa.

Afora tudo isto, o novo governo, independentemente de quem seja o eleito, embora deva contar com oposição — o que, aliás, é parte inelutável do processo democrático —, estará munido da imprescindível credibilidade para reverter o processo inflacionário e instaurar novo estado de ânimo no espírito da Nação. Disporá, a exemplo do atual governo, de excedente fiscal e crédito externo, notadamente do Banco Mundial, livre dos dispêndios acarretados pelos grandes projetos, permitindo vislumbrar uma gestão financeira mais tranquila e equilibrada.

Em síntese, com o término do atual mandato, inicia-se não apenas um novo ciclo no processo de transição da abertura para a democracia. Esse fato histórico coincide também com o término do ciclo de modernização econômica do país, iniciado na década de cinquenta. Podemos afinal tirar partido pleno dessa infra-estrutura que exigiu tão grandes sacrifícios.

Não há, portanto, qualquer razão objetiva para prognósticos catastróficos. Muito ao contrário: todos os indicadores confluem no sentido de que se instaure no país, em relação a 1985, saudável otimismo.

O Sr. Jorge Vianna — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Vianna, para uma questão de ordem.

O SR. JORGE VIANNA (PMDB — BA. Para uma questão de ordem.) Sr. Presidente:

Com base no § 2º do art. 29, do Regimento Comum, solicito a V. Ex^a, dada a evidente falta de *quorum*, o encerramento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — É regimental o requerimento de V. Ex^a. Efetivamente, não existe 1/6 de Srs. Senadores e nem 1/6 de Srs. Deputados em plenário.

Antes de levantar a sessão, a Presidência convoca os Srs. Parlamentares para uma sessão conjunta a realizar-se segunda-feira, dia 29, às 11 horas, neste plenário, destinada à leitura das Propostas de Emenda à Constituição nº 79, de 1984, que cria o Fundo de Compensação dos Estados, Distrito Federal e Municípios; altera e acrescenta dispositivos da Constituição Federal e, nº 80, de 1984, que altera a redação dos arts. 19, 21 e 23 da Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 35 minutos.)

ATA DA 319^a SESSÃO CONJUNTA,

EM 9 DE OUTUBRO DE 1984

(Publicada no DCN de 10-10-84)

Retificação

Na publicação feita no DCN de 10-10-84, página 2494, no cabeçalho da sessão.

Onde se lê:

ATA DA 319^a SESSÃO CONJUNTA,

EM 9 DE SETEMBRO DE 1984

2^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA,

DA 47^a LEGISLATURA

Leia-se:

ATA DA 319^a SESSÃO CONJUNTA,

EM 9 DE OUTUBRO DE 1984

2^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA,

DA 47^a LEGISLATURA

ATA DAS COMISSÕES

COMISSÃO MISTA

Incumbida de examinar e emitir relatório sobre a Mensagem nº 71, de 1984, que “modifica o artigo 27 e seus parágrafos da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, alterada pela Lei nº 3.257, de 2 de setembro de 1957, que dispõe sobre a Política Nacional do Petróleo e define as atribuições do Conselho Nacional de Petróleo, institui a Sociedade por Ações Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima, e dá outras providências”.

2^a REUNIÃO REALIZADA EM 19 DE AGOSTO DE 1984

Aos dezenove dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e oitenta e quatro, às onze horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Luiz Cavalcante, Juatá Magalhães, Severo Gomes e Deputados Geraldo

Bulhões, Fernando Magalhães e Bocayuva Cunha, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir relatório sobre a Mensagem nº 71, de 1984-CN, pela qual o Senhor Presidente da República comunica haver vetado, totalmente, o Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 1984, que “modifica o artigo 27 e seus parágrafos da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, alterada pela Lei nº 3.257, de 2 de setembro de 1957, que dispõe sobre a Política Nacional do Petróleo e define as atribuições do Conselho Nacional de Petróleo, institui a sociedade por ações Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima, e dá outras providências”.

Havendo número regimental, são abertos os trabalhos pelo Senhor Presidente, Deputado Bocayuva Cunha, que solicita, nos termos regimentais, a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior que, logo após, é dada como aprovada.

Prosseguindo, o Senhor Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Jutahy Magalhães, que emite relatório à Mensagem nº 71, de 1984-CN.

Posto em discussão e votação, a Comissão resolve concluir contrariamente ao voto.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Marcelio José da Silva, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros da Comissão e irá à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de examinar e emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 9, de 1984-CN, que “autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de até Cr\$ 8.215.800.000,00 (oito bilhões, duzentos e quinze milhões, oitocentos mil cruzeiros), para o fim que especifica”.

2^a REUNIÃO, REALIZADA EM 18 DE SETEMBRO DE 1984

Aos dezoito dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e oitenta e quatro, às dezessete horas e trinta minutos, na Sala da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Aderbal Jurema, Almir Pinto, João Calmon, Jutahy Magalhães, Gabriel Hermes, Virgílio Távora, José Ignácio Ferreira, Gastão Müller, Fernando Henrique Cardoso e Deputados Francisco Salles, Rômulo Galvão, Salvador Julianelli, Simão Sessim, Hermes Zanetti e Myrthes Bevilacqua, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 9, de 1984-CN, que “autoriza o Poder Executivo a abrir o Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de até Cr\$ 8.215.800.000,00 (oito bilhões, duzentos e quinze milhões, oitocentos mil cruzeiros), para o fim que especifica”.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Eunice Michiles, Álvaro Dias e Deputados Darcílio Ayres, Dionísio Hage, Aldo Arantes, Nelson Aguiar e Nilton Alves.

Havendo número regimental, são abertos os trabalhos pelo Senhor Presidente, Senador Gastão Müller, que solicita, nos termos regimentais, a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, logo após, é dada como aprovada.

Prosseguindo, o Senhor Presidente comunica o recebimento do Ofício da Liderança do Partido Democrático Social, no Senado Federal, indicando o Senhor Senador Almir Pinto, para integrar a Comissão, em substituição ao Senhor Senador Octávio Cardoso.

Em seguida, o Senhor Presidente concede a palavra ao Relator da matéria, Senhor Deputado Rômulo Galvão, que emite parecer favorável ao Projeto, na forma apresentada.

Posto em discussão e votação, é o parecer aprovado sem restrições.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando, eu, Mauro Lopes de Sá, Assistente de Comissão, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de examinar e emitir parecer sobre o projeto de Lei nº 10, de 1984-CN, que “dispõe sobre a política nacional de informática, e dá outras providências”.

2^a REUNIÃO, REALIZADA EM 5 DE SETEMBRO DE 1984.

Aos cinco dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e oitenta e quatro, às nove horas e cinco minutos, na Sala da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Virgílio Távora, João Lobo, Marcondes Gadelha, Pedro Simon e Deputados José Jorge, Djalma Bessa, Antônio Dias, Álvaro Valle, Carlos Sant'Anna, Freitas Nobre e Ibsen Pinheiro, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 10, de 1984-CN, que “dispõe sobre a Política Nacional de Informática, e dá outras providências”.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Marco Maciel, Roberto Campos, Carlos Chiarelli, Jutahy Magalhães, Severo Gomes, Henrique Santillo, Fábio Lucena e Deputados Antônio Pontes, Cristina Tavares, Odilon Salmoria e Brandão Monteiro.

Havendo número regimental, são abertos os trabalhos pelo Senhor Presidente, Deputado Freitas Nobre, que solicita, nos termos regimentais, a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, logo após, é dada como aprovada.

Em seguida, o Senhor Presidente esclarece que a presente sessão destina-se à elaboração de um roteiro de trabalhos, sendo que todas as sugestões recebidas foram encaminhadas ao Relator, Senador Senador Virgílio Távora.

Usam da palavra, no período dos debates, os Senhores Senadores João Lobo, Pedro Simon e Deputados Antônio Dias, José Jorge, Álvaro Valle, Djalma Bessa e Ibsen Pinheiro.

Fica estabelecido, então, serem ouvidos dois depoentes por dia, no período da manhã, iniciando-se o ciclo de debates dia dez de setembro, às oito horas e trinta minutos.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Helena Isnard Accauhy Sarres dos Santos, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com o anexo taquigráfico dos debates.

ANEXO À ATA DA 2^a REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DO CONGRESSO NACIONAL, INCUMBIDA DE EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 10, DE 1984-CN, QUE “DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE INFORMÁTICA, REALIZADA EM 5 DE SETEMBRO DE 1984, ÀS 9 HORAS E 5 MINUTOS, INTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO, COM PUBLICAÇÃO DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO, DEPUTADO FREITAS NOBRE.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Nobre) — Vamos abrir os nossos trabalhos com número para discussão, embora ainda não haja número para votação.

Está franqueada a palavra. (Pausa.)

O SR. ANTÔNIO DIAS — Formalizo, Sr. Presidente, o pedido que já foi ventilado aqui de convocação do Ministro Danilo Venturine e do Engenheiro-Coronel

Edson Dytz, bem como, num outro requerimento, eu gostaria de sugerir a presença, nesta Comissão, de uma equipe do PRODASEN, que conhece muito bem de informática e que está atualizada para que fique à disposição, permanentemente, dos parlamentares para que nos possa ajudar em debates que aqui ocorrerão.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Nobre) — Quanto à primeira proposta, encaminhamos ao Relator que irá tratar dos nomes já sugeridos e apresentar uma sugestão.

Com referência a essa segunda, que é a presença de uma assessoria do PRODASEN, já pode a Comissão liberar nesse sentido, determinando à Casa que providencie o comparecimento de uma assessoria do PRODASEN; para ajudar a Comissão nos seus trabalhos e particularmente o Relator.

O SR. DJALMA BESSA — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Nobre) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Djalma Bessa, pela ordem.

O SR. DJALMA BESSA — Sr. Presidente, peguntaria a V. Ex^a se não seria conveniente publicar um quadro comparativo das diversas propostas encaminhadas à Câmara ou ao Senado sobre a Informática, para que se tivesse uma idéia da orientação de cada projeto desse.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Nobre) — Concedo a palavra ao Relator sobre o assunto, porque normalmente, é o Relator quem prepara ou quem orienta a feitura de um trabalho comparativo nesse sentido.

O SR. RELATOR (Virgílio Távora) — Solicitaremos à Secretaria da Comissão do Senado para fazer esse quadro comparativo. Agora, lembro apenas que são projetos completamente diferentes, isto é, eles não divergem apenas na afirmativa de suas convicções, mas eles divergem até fundamentalmente da sua estrutura, quer dizer: comparar o art. 1º de um com o art. 1º de outro, mas, às vezes, não tratam do mesmo assunto. A própria política de informática é tomada por cada um desses projetos como com uma abrangência diferente.

Feita essa ressalva, não temos por que não acolher a solicitação e não solicitar à Secretaria de Comissões do Senado, para que proceda a esta apreciação.

Temos projetos na Câmara e no Senado. Mas gostaria, então, de ficar adiante aos projetos que tratasse realmente da informática, porque há vários correlatos. Exemplo, há um projeto da Deputada Cristina Tavares sobre a privacidade, sobre a robotização. Gostaria, então, de nos restringir aos projetos referentes à política de informática, ou seja, para não ficar apenas na teoria, projetos: Senador Carlos Chiarelli, Senador Roberto Campos, Deputado Luiz Antônio Fayet, Deputada Cristina Tavares e Deputado José Eudes. Então, esses tratam, especificamente, da política de informática e do que eles consideram fundamental para a sua instrumentalização.

Essa era a explicação que tínhamos que dar, acolhendo a solicitação feita.

O SR. DJALMA BESSA — Muito obrigado, nobre Relator.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Nobre) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Álvaro Valle.

O SR. ÁLVARO VALLE — Estou passando à Mesa, Sr. Presidente, um requerimento, em que faço uma sugestão, para que talvez se crie — não sei se esta seria a forma melhor — nesta Comissão uma Subcomissão, que visitasse e nos trouxesse algumas informações sobre o Centro Tecnológico para a informática, em Campinas. Não conheço esse Centro, não tenho nenhum elemento para julgar o que ele representa, e o projeto de lei que

discutimos neste momento transforma esse Centro Tecnológico em uma Fundação, é uma coisa de bastante envergadura, dando-lhe uma posição de órgão oficial na informática brasileira. É em Campinas o Centro, passando os seus funcionários, inclusive, para essa Fundação, que será criada em lei. Acho difícil, realmente, que nós possamos chegar a alguma conclusão sobre a validade dessa pretensão do Executivo, no momento de decidir sobre esse projeto, sem um conhecimento um pouco mais amplo desse Centro. De modo que me parece razoável que talvez se crie uma Subcomissão para que visite esse Centro Tecnológico e traga informações concretas à Comissão daquilo que se passa nesse Centro.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Nobre) — A sugestão nem é passível de voto, porque é uma sugestão de tal maneira útil que a Mesa Diretora a recebe e vai torná-la prática, procurando um contato e designa já o nobre Deputado Álvaro Valle para esse contato, para que possamos marcar a visita a este Centro em Campinas.

O SR. RELATOR (Virgílio Távora) — A esse respeito, Sr. Presidente, eu desejava apenas ponderar que seria muito interessante conjugarmos esta ida proposta com o calendário que, quando o número tiver aqui, fará parte do roteiro. V. Ex's sabem que as Comissões só se reúnem na hora ou de um depoimento muito importante ou, então, quando da leitura do relatório.

Se nos retirarmos num dia desses previstos aqui para irmos a Campinas, haverá um desfalque muito grande. De maneira que gostaríamos de fazer com que os depoimentos fossem feitos em dias que não coincidisse com essa ida a Campinas.

Era só o que tinha a esclarecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Nobre) — Essa sugestão entrará no roteiro do Relator. Informo à Comissão, também, que, em razão de ter ligações muito grandes na França, inclusive na Universidade de Paris e nos setores ligados à informática, tenho um convite pessoal e espero estar dois dias, pelo menos, num congresso mundial de informática, o CICOB/84 em Paris, no **Centre National d'Industrie Technique** e exatamente na área dos profissionais que atuam na eletrônica, informática e telecomunicações. Ainda que seja por dois dias, pretendo atender o convite dentro de uma programação que não dificulte a presença aqui na Comissão e a pequena contribuição que possa dar. Mas, como é de muita utilidade, e é um convite pessoal, se houver essa possibilidade, eu também poderei trazer ainda em tempo alguns informes, alguns elementos, de toda uma central internacional de estudos e pesquisas a respeito da informática. Evidentemente, darei informação à Comissão, posteriormente, se o convite que recebi pessoalmente será atendido e se vou ficar esses dois dias lá, o que não é desagradável para ninguém, muito menos para quem viveu lá há dois anos.

Mas acho que agora o Relator já deve ter cedido a palavra solicitada pelo Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON — Acho que é exatamente isso. O Relator vai apresentar um roteiro para nós?

O SR. PRESIDENTE (Freitas Nobre) — É isso sim.

O SR. JOSÉ JORGE — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Nobre) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE — Sr. Presidente, eu gostaria de sugerir que os depoimentos que vamos ouvir aqui, que nem pensássemos em alguém que fosse dar ênfase ao aspecto da microeletrônica e aos efeitos desses projetos em relação ao desenvolvimento da microeletrônica no País, porque depois de analisar esse projeto e as idéias que se

desenvolvem em torno dele, verificamos que a intenção dele é muito mais de definir uma política nacional de microeletrônica do que propriamente uma política nacional de informática.

Daí por que verificamos que ele tem uma amplitude bastante grande no seu conceito de informática, porque exatamente procura, nessa amplitude, abranger todas as aplicações da microeletrônica.

Então, acho que existem já no País três grupos que pretendem ou estão desenvolvendo projetos no sentido de implantarem uma indústria de microeletrônica no País que fabricasse chips e projetasse etc.

Então, eu sugeriria que uma das pessoas que fosse convocada fosse ligada a um desses três grupos, que são, normalmente, o Grupo Itaú, o Sharp e o Doca de Santos. Então, talvez, o Dr. Olavo Setúbal, do Banco Itaú, que é engenheiro, inclusive, pudesse ser um dos convidados para falar, especificamente, sobre o problema dos efeitos desse projeto em relação à indústria microeletrônica.

Era somente isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Nobre) — A sugestão é realmente oportuna. A área da microeletrônica tem reclamado muito uma certa marginalização no problema do estudo da informática e no projeto. De forma que aí há, além do Dr. Olavo Setúbal, um outro nome que entendo estar muito envolvido no problema, que é o Presidente da Sharp, Matias Machline, que, além de empresário é um estudioso da matéria, entrando agora na microeletrônica, inclusive em Minas Gerais.

A sugestão está com o Relator que agora no seu roteiro vai nos apresentar e provavelmente incluirá um desses industriais dessa área.

Concedo a palavra, então, ao Relator.

O SR. RELATOR (Virgílio Távora) — Sr. Presidente, o roteiro foi baseado numa idéia mestra. Há muito que ouvir, embora já tenham se sucedido, seja na Câmara, seja no Senado, seja fora daqui, seminários e mais seminários mas especificamente, para a Comissão máxima os depoimentos sobre o projeto que estamos examinando.

Partindo desse pressuposto, gostaria de levantar aqui uma preliminar que, se aceita pelo Presidente, não sabemos se o é pela Comissão, depoimentos num tempo reduzido, mas de manhã e de tarde, quer dizer, aceito este, nós poderemos apresentar já um roteiro, porque, na realidade, recebemos a sugestão dos Srs. Membros da Comissão, acrescentamos uma outra nossa e o número mínimo de depoentes que conseguimos foram dezenas. Então, acredito que, cartesianamente, temos que nos submeter à evidência dos fatos, de manhã e de tarde. É a primeira proposta que faço e gostaria que o Sr. Presidente submetesse à apreciação da Comissão, porque se não for aceita, terei que fazer novamente.

O SR. DJALMA BESSA — Não seria interessante chamar o chefe do SNI?

O SR. RELATOR (Virgílio Távora) — Eu não acolhi a sugestão de trazer aqui o Ministro-Chefe do SNI porque, com toda a sinceridade, nós estamos aqui querendo informática. O que nós dissemos aí e vamos tornar a dizer, o Chefe do SNI não entende — e não é desdouro para ele — coisa nenhuma de informática.

O SR. DJALMA BESSA — Mas outra ponderação que eu queria fazer é a seguinte: o Chefe do SNI não entende de informação?

O SR. RELATOR (Virgílio Távora) — De informática, é uma coisa bem diferente. Deixa de ser venenoso! (Risos.)

O SR. DJALMA BESSA — Nobre Relator, Senador Virgílio Távora, eu queria fazer também uma ponde-

ração para obter inclusive um esclarecimento: foi proposta a convocação do Ministro Danilo Venturini e do Secretário Edson Dytz. Então, imagino, não se trata da mesma linha, a convocação do Ministro não torna prejudicada a do Secretário ou a do Secretário a do Ministro? Porque a impressão que temos é que ambos vão defender uma mesma tese, uma mesma orientação.

O SR. RELATOR (Virgílio Távora) — Deixamos o Ministro Danilo Venturini para um dia antes e deixamos a SEI quase para o fim, porque justamente o Ministro tratará muito mais da política e a SEI nos dará os esclarecimentos necessários àquelas dúvidas que vão aparecer, principalmente na parte técnica. O Ministro não é um técnico em Informática. Ele apenas é responsável pela política que lhe foi atribuída; foi essa a razão.

O SR. DJALMA BESSA — Então ele viria no início...

O SR. RELATOR (Virgílio Távora) — ...na linha do meio e o Secretário já aqui no fim.

Vamos apresentar aqui uma proposta que gostaríamos que fosse, depois, aperfeiçoada por V. Ex's, agora, não poderia fazê-lo sem essa preliminar estar estabelecida, se nós não nos subordinamos a esse sacrifício de dez dias a estar de manhã e de tarde aqui. Nos dias 18 e 20 está separado para um só depoente.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Nobre) — No dia 18, poderia colocar o que está para o dia 20, para efeito do Relator ter um pouco mais de tempo para preparar o seu relatório, porque o relatório irá para o dia 28.

O SR. RELATOR (Virgílio Távora) — Não. Eu lerei todos os relatórios.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Nobre) — Vamos colocar a preliminar em votação.

O SR. PEDRO SIMON — Em vez de ser só de manhã e de tarde, não pode ser à noite, também?

O SR. PRESIDENTE (Freitas Nobre) — Também é outro problema que pode ser examinado.

O SR. RELATOR (Virgílio Távora) — Geralmente quase todos têm compromisso à noite aqui. Mas para mim é indiferente.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Nobre) — Para melhor andamento dos trabalhos da Comissão, se a Comissão entender que deva ser à noite, não tem problema. Acho que devemos aceitar um trabalho concentrado, para permitir que a matéria seja examinada com a participação de todos e essa concentração nos possibilite, também, concentrarmos os estudos e ficarmos com todo o material bem avivado, para efeito não só do Relator, mas para a decisão da Comissão.

Então, se os presentes estiverem de acordo com a preliminar...

O SR. DJALMA BESSA — Sr. Presidente, eu gosto só de uma informação.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Nobre) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Djalm Bessa.

O SR. DJALMA BESSA — Sr. Presidente, no dia 10 tem dois depoimentos: um pela manhã e outro à tarde?

O SR. RELATOR (Virgílio Távora) — Ou um pela manhã, ou um entrando pela tarde e à noite.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Nobre) — É isso.

O SR. JOSÉ JORGE — Mas nós, começando pela manhã e às 8 horas, não temos condições de ouvir dois depoimentos, que terminarão às 12 horas?

O SR. PRESIDENTE (Freitas Nobre) — Acho que sim.

O SR. RELATOR (Virgílio Távora) — Para nós marcarmos 8 horas e 30 minutos, aqui não tem ninguém; 9 horas tem uma meia-dúzia, uns quatro ou cinco. Vamos ser realistas. A matéria é apaixonante, vai haver discussão, a matéria é muito polêmica não acredito que de manhã possa se falar...

O SR. DJALMA BESSA — Não vamos estudar a filosofia da informática, vamos examinar o projeto.

O SR. RELATOR (Virgílio Távora) — Mas estou dizendo que é polêmico. Não tenho a menor dúvida que vai ser discutido do começo ao fim.

O SR. DJALMA BESSA — Sim, mas creio que duas horas serão mais do que suficientes.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Nobre) — Há uma sugestão, portanto, do Deputado Djalma Bessa, no sentido de que se possa colocar os dois no mesmo dia, num período só. Acho que é possível, porque a parte polêmica da matéria não vai ocupar muito tempo e a parte técnica também, não é de ter um desenvolvimento de tal ordem que ocupe uma manhã inteira num depoimento.

De forma que acho que a sugestão de S. Ex^a pode ser perfeitamente experimentada. Se houver necessidade de uma rápida modificação, o próprio Relator examinará. Mas acho que quando marcarmos aqui às 8 horas e 30 minutos, nós vamos começar nesse horário, de qualquer maneira, com o horário preciso e vamos até o horário que for necessário. Provavelmente não passará de meia-dia ou uma hora.

O SR. ÁLVARO VALLE — Sr. Presidente, sugiro talvez uma coisa mais prática, que a Comissão delegue ao Presidente e ao Relator poderes para esse tipo de decisão. Poderia começar às 8 horas e 30 minutos, como sugeriu o Deputado Djalma Bessa, sem necessidade de votação, o Presidente e o Relator. É uma questão de bom senso. Eles se entenderiam e fariam as alterações necessárias em questão de horários que fossem pertinentes.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Nobre) — Então, nesse caso, em princípio, seriam colocados dois depoimentos no período da manhã até a hora que terminassem. E se houver qualquer dificuldade, nos entenderíamos e traríamos até à Comissão o problema para o debate na Comissão. Ultrapassada essa préliminar, entraria já no roteiro que o Relator apresentará.

O SR. JOÃO LOBO — Sr. Presidente, gostaria de sugerir que os depoimentos fossem especificamente sobre o projeto técnico, para evitar digressões, para evitar toda a filosofia da informática ser posta em debate. Se cada depoente for levar todos os assuntos abrangentes da informática para o seu depoimento, nós não teremos tempo de examinar nem um depoimento por dia.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Nobre) — Acho que vamos ser muito práticos. No entanto, é impossível que possa a Comissão limitar a liberdade de manifestação do depoente. Mas sei que os depoentes procurarão ser práticos, porque a matéria envolve muito de filosofia e de política, mas, na realidade, a Comissão não poderia fazer essa limitação. Acredito que ela se fará naturalmente pela própria razão de ser do debate.

O SR. JOÃO LOBO — Acho que se fosse dado o tema específico do decreto, os depoentes se limitariam a ele.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Nobre) — E se não se limitarem e transbordarem um pouco, é normal que num ambiente de liberdade a Comissão tenha que admitir.

Vamos tomar um tempo enorme, porque é um assunto apaixonante e vasto.

O SR. JOSÉ JORGE — Sr. Presidente, eu queria pedir desculpa pelo meu atraso e queria saber qual é a preliminar que está sendo votada.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Nobre) — É se vamos ouvir dois depoentes no mesmo dia, e se possível no mesmo período.

Essa, a preliminar que está em votação.

Os Srs. Membros que aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Portanto, agora, cabe ao Relator apresentar o seu roteiro dentro da préliminar aprovada pela Comissão.

O SR. RELATOR (Virgílio Távora) — Aprovada que seja a sugestão de dois depoimentos por dia, apresentando, tomando em conta as diferentes propostas feitas pelos Srs. Membros da Comissão o seguinte: no dia 10, segunda-feira, SUCESU, Dr. Hélio de Azevedo, aliás, sugestão aqui, é o presidente. Nesse mesmo dia o Dr. Edison Fregni, que é o Presidente da ABICOMP. No dia 11, a ASSESPRO, Dr. José Maria Teixeira Sobrinho, que é o Presidente; no dia 11, o Presidente da SBPC, Sociedade Brasileira do Progresso e Ciência, o Professor Clodoaldo Pavam. No dia 12, FIESP, o Dr. Luiz Eulálio Vidigal; e UNICAMP, Dr. Rogério Cerqueira Leite. No dia 13, ABINEE, o Dr. Firmino Freitas; e o representante da microeletrônica, da SHARP, o Matias Machline.

No dia 14, Sr. Carlos Viacava, da CACEX; e MIAF, o Ministro Danilo Venturine.

No dia 17, os dois presidenciáveis, que coloquei em ordem alfabética, mas se V. Ex^as quiserem outra ordem, é a mesma coisa: Paulo Maluf e Tancredo Neves.

O SR. PEDRO SIMON — Sr. Presidente, acho que os dois deveriam vir em dias diferentes ou, pelo menos, em horários diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Virgílio Távora) — No meu horário é um de manhã e outro à tarde.

O SR. ÁLVARO VALLE — Sr. Presidente, eu gostaria de pedir ao Relator, se não lhe atrapalhasse os planos, como uma gentileza a mim, qualquer alteração que fosse possível fazer, para excluir isso do dia 17, porque neste dia não poderei estar presente por ter o lançamento de um livro meu no Rio de Janeiro, que já está marcado há quatro meses. Não tenho condições de faltar a esse meu compromisso e lamentaria muito perder a vinda de S. Ex^a, pois fui eu justamente quem sugeriu a vinda deles nesta Comissão.

O SR. RELATOR (Virgílio Távora) — Troca-se dia 17 pelo dia 14.

Assim, os presidenciáveis ficariam dia 14, um na parte da manhã outro à tarde.

Dia 18 foi o dia em que deixamos apenas um depoente, porque é justamente responsável pelo projeto que virá aqui discutir. Não acredito que se possam obter boas informações em um curto período de tempo que seria um depoimento comum como o dos outros. O depoente será o Coronel Edison Dytz, a SEI.

Dia 19, MIC e MINICOM, da mesma maneira; o Ministro Murilo Badaró pelo MIC, e o Ministro Haroldo Correia de Matos, pelo MINICOM.

Gostaria de informar a V. Ex^as, a bem da verdade, que a indicação que foi feita para o representante do MIC era o ex-Ministro Camilo Penna. Mas acho que tendo o titular, que venha o atual titular.

O SR. PEDRO SIMON — Acho que deveriam vir os dois, o Ministro que estava até ontem, que está a par de tudo isso e o novo Ministro? Acho que deveriam vir os dois.

O SR. RELATOR (Virgílio Távora) — Eu coloquei um de cada órgão, porque se eu fosse começar a procurar um ou dois de cada entidade, seja de um Ministério ou de outro, dificultaria muito. Foi de acordo com um critério imparcial.

O SR. PEDRO SIMON — Que o seu critério foi absolutamente imparcial, eu concordo, não tenho nenhuma dúvida nesse sentido. Estou apenas argumentando que, em se tratando de um setor em que um acompanhou tudo até ontem, outro é o responsável hoje, acho que seria interessante saber o que era até ontem, como é importante saber o que pensa o atual.

O SR. RELATOR (Virgílio Távora) — A nossa proposta aqui está, Sr. Presidente, para ser discutida.

O SR. IBSEN PINHEIRO — Sr. Relator, gostaria de fazer uma ponderação à sua proposta.

O SR. RELATOR (Virgílio Távora) — Pois não.

O SR. IBSEN PINHEIRO — Não seria conveniente inverter dia 19 com dia 14, e encerrar a série com os presidenciáveis? Até por uma vantagem a de evitar que a vinda deles anterior possa condicionar os debates posteriores em torno das suas posições.

O SR. RELATOR (Virgílio Távora) — A minha sugestão inicial tinha sido essa, quando estámos fazendo um trabalho a quatro mãos, nesse sentido, do Presidente com o Relator. Na proposta superinicial estavam aqui os presidenciáveis em último lugar. Mas para mim não altera, “não inflói nem contribói”, como dizem, tanto faz para lá, como para cá.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Nobre) — No problema dos presidenciáveis, nós não desejaríamos que eles fossem os últimos, porque é possível que eles tragam alguns elementos que possam ainda ser motivo de debate durante a audiência de mais quatro ou seis depoentes. O que eles dissessem ficaria inteiramente encerrado, na Comissão, já passaria para o Relator. Poderia sugerir que, ao invés do dia 17, ficassem no dia 14, mas que eles não ficassem para o dia 19, porque estaria praticamente tudo encerrado, eles trariam como idéia de programa apenas uma presença, quando a matéria que eles trouxessem poderia ser motivo de estudo na Comissão até nos debates que se seguissem. A SEI, MIC, etc., teriam que ficar para depois da manifestação dos presidenciáveis.

O SR. PEDRO SIMON — Sr. Presidente, dia 14 não poderei estar aqui, porque ele tem um comício em Goiânia.

O SR. RELATOR (Virgílio Távora) — Nós temos que ver quais são os compromissos.

O SR. PEDRO SIMON — Vou aceitar a sugestão que foi dada.

O SR. RELATOR (Virgílio Távora) — A última sugestão que nós damos aqui, já fomos Relator de várias comissões, é que fosse de semana por semana. Este é um roteiro flexível para que possa haver adaptações.

O SR. PEDRO SIMON — Em princípio já é esse o roteiro, ficando o Presidente e o Relator em condições de fazer as alterações que devam ser feitas. Só quero dizer que no dia 14 o Dr. Tancredo Neves não poderia estar aqui, porque tem um compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Nobre) — Pode ser dia 17.

O SR. JOSÉ JORGE — Mas nesse dia o Deputado Álvaro Valle não poderá estar aqui, e sendo ele o autor da sugestão.

O SR. ÁLVARO VALLE — Repito uma sugestão que fiz. Tenho a impressão de que o Presidente e o Relator já conhecem o espírito daquilo que pretende o Plenário da Comissão. Acho que o Plenário da Comissão poderia delegar ao Presidente e ao Relator poderes para que, em conjunto, determinassem a data. Inclusive porque há uma série de problemas, muitas pessoas poderão não comparecer no dia marcado.

O SR. RELATOR (Virgílio Távora) — No princípio disse a V. Ex's que vamos fazer os convites. Digo a V. Ex's que, com a experiência, que já vem um pouco longe, de Relator de Comissões, seja de CPI...

O SR. PRESIDENTE (Freitas Nobre) — Fixados esses princípios, poderíamos, juntamente com o Relator, acertar a data que atendesse a todos, inclusive às ponderações do Deputado Álvaro Valle.

Em discussão o roteiro.

O SR. RELATOR (Virgílio Távora) — O roteiro com essas pequenas modificações que poderíamos, no futuro, fazer de acordo com a possibilidade ou não de comparecimento das pessoas indicadas.

O SR. ANTÔNIO DIAS — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Nobre) — V. Ex^e tem a palavra, pela ordem.

O SR. ANTÔNIO DIAS — Uma sugestão com a qual eu concordo com o Deputado José Jorge de ser ouvido, na área das empresas privadas, o Presidente do Grupo ITAÚ; Olavo Setúbal.

O SR. RELATOR (Virgílio Távora) — Qual a sugestão dele?

O SR. ANTÔNIO DIAS — A sugestão dele era de ser ouvido um desses presidentes da microeletrônica.

O SR. RELATOR (Virgílio Távora) — Como já havia colocado o nome do Sr. Matias Machline pela SHARP, não me custa, no dia 20, ouvir os dois.

O SR. ANTÔNIO DIAS — Eu gostaria de deixar para discussão da Comissão a sugestão do ouvirmos o Presidente da COBRA, que é uma empresa pública, inclusive das de mais avançadas empresas nacionais em matéria de microeletrônica. Esta é a minha sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Nobre) — Sugestão que fica com o Relator, para que examine essa possibilidade juntamente com o Presidente.

O SR. RELATOR (Virgílio Távora) — Eu sugeriria à Comissão que essa proposta do eminentíssimo Deputado fizesse para ser estudada pelo Presidente e Relator, para ver onde nós o acrescentaríamos. Porque, se começarmos a acrescentar muitas entidades aqui, vamos ter muitas dificuldades para arranjar tempo para ouvir a todos.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Nobre) — Os Senhores Parlamentares que estiverem de acordo com o roteiro do Relator, com as alterações que se tornarem necessárias ao ajuste, queiram permanecer sentados.

Está aprovado.

Passamos ao problema do horário. A sugestão do Relator é às 7 horas e trinta minutos, da manhã, e eu sugeri que fosse às 8 horas e 30 minutos, para que pudéssemos começar realmente às 9 horas. O horário de 8 horas e trinta minutos seria apenas o aviso formal, mas às 9 horas, de qualquer forma, estaremos nos reunindo. A Mesa é muito precisa no horário. Hoje o Relator chegou com um pouco de atraso, porque teve um problema médico. Mas, seguramente, isso não vai mais ocorrer, porque a

saúde dele tem que estar preservada e nesse período especialmente.

Todos os dias do roteiro, às 9 horas, estaremos aqui. Apelo aos companheiros para que possamos estar presentes no horário preciso e possamos cumprir bem essa tarefa. Inclusive, porque é possível cumpri-la dentro do horário de um período, mesmo que vá até às 13 horas, mas que permita à Comissão um trabalho concentrado e cujos resultados entendo que serão os melhores.

O SR. RELATOR (Virgílio Távora) — Peço a V. Ex^es sugestões, independente de emendas. Gostaria dessas sugestões, mesmo de diferentes membros da Comissão, para aperfeiçoar o projeto naquilo que acharem que ele deve ser aperfeiçoado. Duas cabeças pensam muito mais que uma. Não somos técnicos nesse assunto, nosso problema é Engenharia de Estrutura, mas temos estudado muito esse assunto para fazê-lo tão imparcial quanto possível. Principalmente, gostaríamos que V. Ex^es pusessem a sua cabeça para funcionar, aqueles naturalmente que são a favor da reserva de mercado, os que são contra para eles não é dirigida a solicitação. Os contrapesos que nós poderíamos dar, nós vamos apresentar a indústria dos micros, minis e periféricos pelo projeto — bem entendido, não estamos prejulgando nada — uma reserva de mercado que lhes garantirá a sobrevivência. Mas vejam as maneiras que teríamos — já é conhecida a nossa opinião — para que isso não se transforme apenas numa benesse. O cidadão com o mercado fechado necessita apenas trabalhar naquilo e pelo preço que bem entender, são três ou quatro os produtores de micro, por exemplo, e está acabado. Como fim e para que não seja criado um oligopólio dentro de uma reserva de mercado que, ao ver do Relator é absolutamente necessária. Este é o apelo que faço para os diferentes membros, que pudessem me dar sua sugestão que serão muito bem acolhidas.

O SR. ÁLVARO VALLE — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Nobre) — Com a palavra o Deputado Álvaro Valle.

O SR. ÁLVARO VALLE — Eu sugeriria que fossem fixados tempos de intervenção para hoje e tempo de discussão para os depoentes, a fim de que nós evitássemos ter de, com certo constrangimento, dicutir o assunto posteriormente, depois de já convidados os depoentes. Tenho a impressão de que se os depoimentos durassem 40 minutos, esse seria um tempo perfeitamente válido, não há motivos para mais do que isso. Devemos fixar também tempos bastante rápidos de intervenções, dos membros da Comissão, com respostas de 5 ou 10 minutos no máximo, a fim de que não se transforme o trabalho da Comissão em tertúlia literária. Talvez fosse conveniente fixar esse tipo de procedimento que venhamos a ter, agora, enquanto ainda estamos discutindo em tese.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Nobre) — O Deputado Álvaro Valle sugere uma proposta de um período para os depoimentos, tempo esse de 40 minutos.

O SR. ÁLVARO VALLE — Eu sugeriria 40 minutos para os depoimentos e 5 minutos para as indagações. Evidentemente aqueles que tivessem mais o que dizer, poderiam fazê-lo por escrito.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Nobre) — É evidente que havendo intervenções de 5 minutos, terá o depoente que ter também o correspondente a esse tempo, para que possa contestar ou esclarecer a intervenção do parlamentar.

O SR. RELATOR (Virgílio Távora) — Isso não poderá ser, mas naturalmente o Presidente, com a malícia que já tem — o tempo que passou na França aprendeu — ...

O SR. PRESIDENTE (Freitas Nobre) — Não, estou aprendendo é aqui, onde há mais.

O SR. RELATOR (Virgílio Távora) — ... fará sentir, justamente para a boa condução dos trabalhos, que não pode haver apartes, em que os debatedores, os inquiridores não podem fazer discursos paralelos. Que seja formulada a questão, porque nós vemos muitas vezes, é comum nas Comissões, que se gasta mais tempo nos "considerandos" do que nos "finalmentes". Acredito que ele consiga.

Quanto à sugestão que deram da visita ao Centro de Campinas, seria muito interessante estender essa visita ao Centro da TELEBRÁS, que já está funcionando. Nós poderíamos estender a nossa visita a uma parte e a outra. Esse dia, Sr. Presidente, eu acredito que só poderá ser depois do dia 21, porque a minha preocupação é que se ouça todas essas pessoas e o resto são esclarecimentos que a Comissão teria, como um adendo.

O SR. JOSÉ JORGE — Acho que, como esse é um assunto que vai mobilizar muitas pessoas, principalmente da comunidade científica, seria importante, também, que cada parlamentar da Comissão ouvisse, em seus respectivos Estados, aquelas comunidades que tivessem o desejo de participar desse processo. Por exemplo, o Deputado Djalma Bessa, que é da Bahia, suponhamos que na Bahia o sucesu e outras instituições que existem a nível nacional, elas existem também a nível regional. Seria importante que os próprios membros da Comissão procurassem estruturar uma forma de ouvir essas pessoas. É evidente que isso não pode ser feito pela Comissão, como um todo pelas dificuldades que temos, com a nossa agenda já bastante cheia. Mas seria importante que, de certa forma, a Comissão nos desse uma espécie de carta branca, para que pudéssemos ouvir as pessoas e trazer para aqui o depoimento de instituições que não tendo o alcance dessas que serão convidadas para depor aqui na Comissão, mesmo assim poderão dar a sua contribuição. Era essa a sugestão que eu daria ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Nobre) — Acho que é uma sugestão tranquilamente aceita.

Com a palavra o nosso companheiro Carlos Santana.

O SR. CARLOS SANTANA — Os assuntos que serão aqui debatidos serão tão palpitantes que podemos tomar uma rigidez absoluta em relação a tempo e a debate. Acho que é como tese, o tempo determinado, mas fica muito a critério do Presidente, do Relator e da Comissão estender ou encurtar um debate, por ele ser mais importante. É um comentário em seguida ao do Deputado Álvaro Valle.

O SR. ÁLVARO VALLE — Não tenho dúvidas de que o Presidente tenha sensibilidade e experiência suficientes para agir como lhe parecer melhor. Apenas acredito que seria conveniente fixar tempo, porque, se não houver uma norma prévia fixada, nós corremos o risco de termos depoimento de duas, três horas e outros discursos paralelos durante os debates, tomando inutilmente o tempo da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Nobre) — O próprio autor da proposta já compreendeu a sensibilidade da observação do Deputado Carlos Santana, de forma que estamos todos de acordo.

Nada mais havendo a tratar, encerramos nossa reunião, convocando a Comissão para as 8 horas e 30 minutos do dia 10, para o início da tomada de depoimentos.

(Suspõe-se a reunião às 9 horas e 52 minutos.)

COMISSÃO MISTA

Incumbida de examinar e emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 12, de 1984, (Mensagem nº 298/84, na origem, nº 79, de 1984-CN), que “dispõe sobre a criação de cargos no quadro permanente das secretarias das Seções Judicárias da Justiça Federal de 1ª Instância e dá outras providências”.

2ª REUNIÃO, REALIZADA EM 16 DE OUTUBRO DE 1984.

Aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e oitenta e quatro, às dezesseis horas na Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Lourival Baptista, Virgílio Távora, Jorge Kalume, Almir Pinto, José Fragelli, Hélio Gueiros e Deputados Francisco Erse, Moçarildo Cavalcanti, Oly Fachin, Nosser Almeida, Orestes Muniz e Ciro Nogueira, reúne-se a Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 12, de 1984, (Mensagem nº 298/84, na origem, nº 79, de 1984-CN), que “dispõe sobre a criação de cargos no Quadro Permanente das Secretarias das Seções Judicárias da Justiça Federal de 1ª Instância, e dá outras providências”.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores João Castelo, Gabriel Hermes, Benedito Ferreira, José Ignácio Ferreira, Enéas Faria e Deputados antônio Florêncio, José Melo, José Maranhão, Arnaldo Maciel e JG de Araújo Jorge.

Havendo número regimental, são abertos os trabalhos pelo Deputado Nosser Almeida, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, que solicita, nos termos regimentais, a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, logo após, é dada como aprovada.

Em seguida, o Senhor Presidente comunica que ao Projeto foi oferecida 1 (uma) Emenda, de autoria dos Senhores Senador Nelson Carneiro e Deputado Léo Simões.

Prosseguindo, o Senhor Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Lourival Baptista, que emite parecer favorável ao Projeto — com as alterações que propõe com a Emenda nº 2-R, e contrário a Emenda citada no parágrafo anterior.

Posto em discussão e votação, é o parecer aprovado, sem restrição.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Martinho José dos Santos, Assistente de Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros da Comissão e irá à publicação.

COMISÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a mensagem nº 50, de 1984-CN, do Senhor Presidente da República submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.100, de 28 de dezembro de 1983, que “altera o artigo 9º do Decreto-Lei nº 1.971, de 30 de novembro de 1982, e dá outras providências”.

2ª REUNIÃO, REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 1984.

Aos treze dias do mês de junho do ano de mil novecentos e oitenta e quatro, às dezessete horas e trinta minutos, na Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores José Lins, Virgílio Távora, João Lúcio, Passos Pôrto, Lourival Baptista, Jorge Kalume, Gastão Müller, Alfredo Campos e Deputados Horácio Matos, Eutíco Ribeiro, Nilson Gibson, Alcides Lima, Domingos Leonelli e Aurélio Peres, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 50, de 1984-CN, do Senhor Presidente da

República submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 2.100, de 28 de dezembro de 1983, que “altera o artigo 9º do Decreto-lei nº 1.971, de 30 de novembro de 1982, e dá outras providências”.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Almir Pinto, José Fragelli, Hélio Gueiros e Deputados Odilon Salmoria, Del Bosco Amaral, Jackson Barreto e Nadyr Rosseti.

Havendo número regimental, são abertos os trabalhos pelo Senhor Presidente, Deputado Domingos Leonelli, que solicita nos termos regimentais, a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, logo após, é dada como aprovada.

Em seguida, o Senhor Presidente comunica haver recebido Ofício da Liderança do Partido Democrático Social — PDS, na Câmara dos Deputados, indicando os nomes dos Senhores Deputados Horácio Matos, Nilson Gibson e Alcides Lima, em substituição dos Senhores Deputados Ricardo Fiúza, Maçao Tadano e Oly Fachin; da Liderança do Partido Democrático Social — PDS, no Senado Federal, indicando os Senhores Senadores Passos Pôrto e Jorge Kalume para integrar a Comissão em substituição aos Senhores Senadores João Lobo e Claudiomar Roriz anteriormente designados.

Em virtude da substituição do Senhor Deputado Maçao Tadano anteriormente eleito, Vice-Presidente, foi eleito para substituí-lo o Senhor Deputado Nilson Gibson.

Continuando, o Senhor Presidente concede a palavra ao Relator, Senador José Lins, que emite parecer favorável à Mensagem nº 50, de 1984-CN, nos termos de Projeto de Decreto Legislativo que oferece como conclusão.

Posto em discussão, fazem uso da palavra os Senhores Senador José Lins e Deputado aurélio Peres, tendo o Senhor Presidente solicitado ao Senhor Deputado Nilson Gibson, Vice-Presidente, a assumir a direção dos trabalhos para que o mesmo discutisse também a matéria. Continuando a discussão, usam da palavra os Senhores Deputados Domingos Leonelli, Horácio Matos e Senador José Lins

Ainda na direção dos Trabalhos, o Senhor Deputado Nilson Gibson resolve colocar a matéria em votação, no que é contestado pelo Senhor Deputado Domingos Leonelli. Apesar da contestação, é a matéria colocada em votação e dada como aprovada.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando, eu, Martinho José dos Santos, Assistente de Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros da Comissão, e irá à publicação juntamente com os anexos taquigráficos.

ANEXO À ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DO CONGRESSO NACIONAL, INCUMBIDA DE EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MENSAGEM Nº 50, DE 1984-CN, À INTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO, COM PUBLICAÇÃO DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO, DEPUTADO DOMINGOS LEONELLI.

O SR. PRESIDENTE (Domingos Leonelli) — Estão abertos os trabalhos da Comissão Mista, que examina a Mensagem nº 50, de 1984, que trata do Decreto-lei nº 2.100.

Peço ao Senhor José Lins, que é o Relator, que tome assento à Mesa.

Temos número para discutir a matéria, mas até agora, não temos número para deliberação.

O SR. GASTÃO MÜLLER — Sr. Presidente, se não há número para deliberação, eu poderia usar a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Domingos Leonelli) — Pois não.

O SR. GASTÃO MÜLLER — Queria indagar se o Presidente e o ilustre Senador José Lins, Relator desta Comissão, tomaram a precaução de ouvir o representante do Sindicato das Empresas Estatais, as quais foram tremendamente atingidas por este decreto. Se não o fizeram, eu sugeriria ao ilustre Presidente, e ao ilustre Relator, se ainda houver possibilidade regimental, que se fizesse isso, porque daria um caráter democrático à decisão da Comissão e, depois, ao nosso Congresso Nacional. Não sei se estou dentro do Regimento, mas faço esta sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Domingos Leonelli) — O nobre Senador Gastão Müller está perfeitamente dentro da praxe. Ela tem sido a praxe da Casa, e nas Comissões Mistas, onde há interesse da sociedade em ouvir depoimentos e recolher subsídios para melhor ajuizar cada voto, cada postura. Até agora, esta providência não foi tomada, porque esta é a primeira reunião viabilizada desta Comissão Mista. Das outras vezes, não houve **quorum** sequer para a reunião. Havendo-o, eu tenho, para confirmar esta solicitação, esta sugestão do Senador Gastão Müller, os nomes do Dr. Ulisses Riedel, Secretário-Diretor do DIAP, do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, um advogado trabalhista de renome, nesta capital, e que é o Diretor-Técnico deste Departamento Intersindical. Tenho também, já aqui, conforme suas sugestões, o nome do Maurício Helena Rangel, Diretor-Geral do Secretariado dos Trabalhadores das Estatais, que é a entidade que congrega todas as associações dos trabalhadores das estatais. Quero informar aos membros desta Comissão, que nós temos aqui, hoje, conosco, o acompanhamento de destacados Líderes Sindicais, entre eles, o Sr. Antônio de Pádua Pereira, Presidente da SINEBRA, e do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, CREA, Engenheiro Eletricista Lobin Barros Matos Filho, Conselheiro do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, que vieram acompanhar os trabalhos desta Comissão.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Sr. Presidente, pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Domingos Leonelli) — Com a palavra o Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Eu perguntaria a S. Exª o seguinte. Esta reunião foi convocada para a leitura do parecer? Eu queria saber isso de V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Domingos Leonelli) — Senador, desde a primeira reunião e esta não é a primeira reunião que foi convocada para leitura, pois outras haviam sido, mas esta foi especificamente para a apreciação do parecer, o que não nos obriga a votá-lo imediatamente. A sugestão do Senador Gastão Müller parece que, não sei se é excludente em relação a essa sua preocupação, mas é antecedente. Acho que seria. Entendo que a sugestão do Senador Gastão Müller implica ouvirmos antes os depoimentos, até para subsidiar o possível voto do Relator.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Sim, mas V. Exª me permite dizer o seguinte. É norma das Comissões, existirem reuniões. E quando há algum depoente, é submetido à deliberação do Plenário da Comissão, se ele será ouvido ou não. Mas se, hoje, esta Comissão foi convocada para a leitura do parecer do Relator, eu acho que não é hora de se ouvir depoimento de um, de dois, de três, de quatro, de cinco. Isso deveria ter sido feito antecipadamente, em outras reuniões.

O SR. PRESIDENTE (Domingos Leonelli) — Pois não. Eu como Presidente, tenho apenas a informar a V. Ex^as, que esta é a primeira reunião. Sendo assim, eu teria talvez que submeter à decisão do Plenário a sugestão do Senador.

O SR. JORGE KALUME — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Domingos Leonelli) — Pois não.

O SR. JORGE KALUME — Em que o pese o meu respeito ao estimado e querido amigo, Gastão Müller, todavia, eu quero endossar o pensamento do estimado amigo e companheiro Lourival Baptista, de Sergipe. Acho que fomos convocados para decidir acerca do parecer. Foi este o convite que recebi hoje, e não para deliberar acerca de convocação de figuras, que viriam honrar este plenário, com suas idéias sobre o assunto.

O SR. JOSÉ LINS — Permite V. Ex^a a palavra, Sr. presidente?

O SR. PRESIDENTE (Domingos Leonelli) — Com a palavra o nobre Senador José Lins.

O SR. JOSÉ LINS — Sr. Presidente, é comum às Comissões, no início, ou logo após a sua instalação, submeterem aos seus Plenários a idéias da convocação de algumas pessoas, que devem ser ouvidas, para instruir o assunto, orientar o relator, ou para uma análise mais ampla das matérias objeto do projeto em análise. Todavia, essas convocações, ou esses convites, que nós não podemos convocar, mas apenas convidar, são feitos com bastante antecedência, para orientar o parecer do relator. O relator, entretanto, já chegou a fazer o seu próprio parecer. De qualquer modo, o Plenário é soberano, e cabe a V. Ex^a conduzir a consulta, conforme achar conveniente.

O SR. GASTÃO MÜLLER — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Domingos Leonelli) — Pois não, Senador Gastão Müller.

O SR. GASTÃO MÜLLER — Estou vendo já a rebeldia, ou melhor, a unanimidade do PDS contra os interesses do povo. De modo que, eu perguntaria, qual seria o crime em ouvi-los, qual seria a maldade, qual seria o motivo para a reação, aqui, do meu amigo Gibson, que está fazendo sinal para o relator? Eu fico alarmado com esse pedessismo tão radical. Que mal há em ouvir? Qual é o prazo legal que teria o eminente Senador José Lins, para dar esse parecer?

O SR. JOSÉ LINS — V. Ex^a me permite?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Pela ordem, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Domingos Leonelli) — Nobre Senador Lourival Baptista, permita-me que eu esclareça ao Senador Gastão Müller, logo depois, concederei a questão de ordem.

Dada a impossibilidade de se realizar as reuniões anteriores e dada a importância do objeto de que trata o decreto-lei, solicitei ao Presidente do Senado, como é da prerrogativa desta presidência, a prorrogação do prazo máximo para se realizar esta Comissão, que seria do dia 10, para o dia 21. De forma que temos até o dia 21 para a deliberação da matéria e apreciação do parecer, se assim for a decisão da maioria. Enviei, no dia 7 de junho, o seguinte Expediente, ao Senador Moacyr Dalla

“Na qualidade de presidente da Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir parecer sobre a Emenda nº 50/84, solicito a V. Ex^a a prorrogação por 10 dias do prazo concedido

do a este órgão, para apresentação do parecer, que se encerra no dia 11 de junho fluente.

O pedido em apreço justifica-se pela relevância da matéria, e que está a exigir da Comissão um prazo mais dilatado para apresentação do parecer.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex^a...

Devo esclarecer aos nobres Senadores e Deputados que não havendo número para as reuniões anteriores, poderia o Presidente desta Comissão ter destituído o relator, e nomeado outro, o que poderia ser até feito, por qualquer um dos membros, até por um dos membros desta Comissão, membros do partido do Presidente. Ocorre que, para manter a boa praxe e o bom relacionamento entre os Partidos, nesta Casa, e entre Senadores e Deputados, optei por renovar, ampliando o prazo de funcionamento, o apelo à participação, inclusive, do Senador José Lins, que atendeu, com absoluta presteza, e preparou o seu relatório. Fico muito satisfeito de hoje termos número legal para reunir e para deliberar. Volto, portanto, à apreciação do Plenário, a questão da convocação. Antes, contudo, quero comunicar a substituição de alguns dos membros, conforme ofício do Deputado Nelson Marchezan:

“Nos termos regimentais, devo informar, de indício a V. Ex^a os nomes dos Srs. Deputados Horácio Matos, Nilson Gibson e Alcides Lima, para integrarem, em substituição, aos Srs. Deputados Ricardo Fiúza, Maçao Tadano e Oly Fachin à Comissão Mista.”

Já estão aqui os Srs. substitutos. Recebi também do Senador Moacyr Dalla o ofício comunicando a substituição dos Senadores João Lobo e Claudiomar Roriz pelos Senadores Passos Pôrto e Jorge Kalume.

Havendo número para deliberação, submeto, inicialmente, o processo de escolha do Vice-Presidente que segundo indicação das Lideranças, seria o Deputado Nilson Gibson.

Submeto aos Srs. Senadores e Deputados o nome do Deputado Nilson Gibson para que, havendo unanimidade na eleição, tome assento na Vice-Presidência.

(Muito bem! Palmas.)

Continua franqueada a palavra.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Domingos Leonelli) — Desculpe-me Senador. Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Sr. Presidente, inicialmente, eu quero dizer ao eminente Senador e prezado amigo Gastão Müller, que não houve nenhuma segunda intenção. Eu mesmo fui convocado para vir aqui, para ouvir o parecer do relator. Quanto às explicações que V. Ex^a acabou de dar, quero lembrar, nesta oportunidade, que numa das últimas Comissões, de que fui Presidente, foi uma Comissão meio tumultuada. Tive o trabalho de reunir a Comissão para saber, ter sugestões se deveríamos convocar alguém, para vir dar depoimento. E, lembro-me, que foi convocado o Joaquimzão, o Antônio Ermírio de Moraes, e o Ministro do Trabalho. E a Comissão votou. Então começamos sucessivamente. Hoje, eu não tinha conhecimentos e creio que os caros colegas, também, de que estavam aqui esses personagens.

O SR. PRESIDENTE (Domingos Leonelli) — Não. Os que estão aqui, hoje, estão acompanhando apenas. Os que estão sugeridos para convocação, são outros.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Então, eu, o entendi mal.

O SR. PRESIDENTE (Domingos Leonelli) — Então fui eu que o fiz entender mal, Ex^a.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Nesse caso aí, acho, ou o Senador José Lins está de acordo com a leitura do parecer hoje, ou o Senador José Lins, como relator, adiará para outro dia. Mas também, eu acho que o Plenário é que deveria se pronunciar dizendo, se está de acordo, ou não para a votação hoje, ou depois.

O SR. JOSÉ LINS — Sr. Presidente, eu peço então a palavra para dar uma opinião.

O SR. PRESIDENTE (Domingos Leonelli) — Pois não. Com a palavra o nobre Senador José Lins.

O SR. JOSÉ LINS — Em primeiro lugar, nós nunca somos contra em ouvir alguém, mesmo porque isso não muda a natureza do problema e pode ser um subsídio importante. Por outro lado, nós temos um prazo para esse projeto até o dia 20. No dia 20 o projeto deve estar no Congresso, o que significa que nós só temos quinta-feira, sexta e segunda.

Ora, a se ouvir uma pessoa na área dos interessados, não é justo que não se ouça também uma pessoa da outra área, e seria, naturalmente, aqueles que administraram essas repartições. De modo que eu acho que o prazo tornou-se muito exígido.

Sexta-feira, eu pediria desculpas aos Senhores, mas eu estarei no Rio de Janeiro, por um problema sério que não posso faltar, então nós teríamos apenas quinta-feira e segunda. Os Senhores teriam que me dar pelo menos a segunda-feira para fazer o relatório, então restaria a quinta, que é o dia de amanhã. Mas para amanhã ouvir duas pessoas, uma do lado dos interessados e outra do lado das empresas, eu acho que não seria razoável.

Por outro lado, acredito que a Presidência ou qualquer membro interessado poderia fazer um voto em separado, inclusive anexando as razões, as opiniões dos interessados no projeto para que o próprio plenário no Congresso, ao decidir, tome conhecimento disso.

De qualquer modo, a matéria nada tem a ver com o relator. A matéria é de objeto de deliberação da Comissão e não de decisão pessoal do relator.

O SR. PRESIDENTE (Domingos Leonelli) — A palavra continua franqueada.

Com a palavra o nobre Deputado Horácio Matos.

O SR. HORÁCIO MATOS — Eu concordo plenamente com o que foi exposto pelo relator, Senador José Lins. Como disse mesmo V. Ex^a que não conseguiu número para reunir em outras oportunidades. Como já estávamos à beira, chegando mesmo o dia de se esgotar o prazo, naturalmente que vai dificultar, inclusive, a leitura desse relatório. Gostaríamos de ouvir, realmente, todas as partes interessadas, no sentido de esclarecer melhor tanto ao relator quanto a nós, mas, infelizmente, vai ser impraticável.

Eu gostaria que V. Ex^a submetesse à apreciação do plenário.

O SR. PRESIDENTE (Domingos Leonelli) — A Mesa fará isso, submeterá à apreciação do plenário, como único caminho regimental. Nós não nos insubordinaríamos nesse sentido, mas eu, neste instante, peço que o Deputado Nilson Gibson assuma a Presidência dos trabalhos para que eu possa falar.

O SR. PRESIDENTE (Nilson Gibson) — Com a palavra o nobre Deputado Domingos Leonelli.

O SR. DOMINGOS LEONELLI — Sr. Presidente, a condição de Presidente e o exercício da Presidência me inibiram até para expor com mais precisão os fatos.

Eu acho que está em jogo nesta Casa, Sr. Presidente, nesta questão de ordem que estou agora levantando, o processo legislativo. Esse processo tem duas formas de se dar: uma, no estrito jogo regimental; outra, no permanente entendimento, enquanto não temos normas regimentais mais razoáveis.

Não é razoável que trabalhemos em Comissões Mistas de 22 Parlamentares. Seria perfeitamente possível e muito mais eficiente termos Comissões que operassem com muito menos, se o objetivo fosse o exame e a rápida decisão.

Para compensar possíveis atrapalhações regimentais, temos adotado o entendimento político para abreviar. Como Presidente desta Comissão, eu poderia — e hoje até às 17h30m não havia ainda número sequer para iniciar a reunião — poderia eu ter dado como iniciada, encerrado a reunião e convocado outra para o dia 20. E, nesta oportunidade tratado de convocar, ainda que tivesse de ser submetida à deliberação do conjunto, as outras pessoas. Ou, ao menos, registrar um protesto mais significativo, poderia até ter feito antes, ter destituído o relator, que seria um gesto que não me agradaria em nenhuma hipótese, mas que o próprio relator reconhece que isso poderia ter sido feito, porque nas duas primeiras reuniões não contávamos com a presença de ninguém aqui. Havia eu e mais dois Deputados, apenas.

O SR. JOSÉ LINS — V. Ex^a me permite?

O SR. DOMINGOS LEONELLI — Pois não, nobre Senador.

O SR. JOSÉ LINS — Eu realmente estive fora, não recebi a convocação, mas procurei V. Ex^a para explicar e, inclusive, pedi desculpas por não ter vindo, por falta de informação, e me colocar inteiramente à disposição de V. Ex^a para reunião a qualquer momento.

O SR. DOMINGOS LEONELLI — É verdade. Eu é que lhe peço desculpas por ter sido obrigado a citar esse exemplo. O que eu quero, pedindo crédito a V. Ex^a, que objetivamente poderia ter acontecido isso. Não aconteceu, porque tínhamos ambos interesse em cultivar uma convivência que deve nos ser útil para o futuro.

No entanto, Sr. Presidente, sentimos que ao contrário, exatamente ao contrário, dessa postura que tentamos construir, fidalga, razoável, de diálogo, temos a imposição da maioria que só eventualmente está reunida aqui hoje, e impedirá até o chamado *jus esperiandi*, o direto que, principalmente aqueles representantes dos trabalhadores das empresas estatais, informem ao Congresso Nacional, através da sua Comissão Mista, um prejuízo brutal, a violência constitucional, a violência aos princípios jurídicos da isonomia salarial que representa o Decreto-lei nº 2.100.

Eu quero encerrar esta questão de ordem preliminar fazendo um apelo aos Srs. membros do PDS, ao Sr. Relator que encontrem uma outra fórmula, que poderia ser uma reunião na próxima quarta-feira. Antes, portanto, do feriado, onde a um só tempo registrássemos o depoimento dos maiores interessados nesta questão, e até do representante também das empresas estatais, se fosse o caso. E nessa mesma reunião, examinássemos o parecer do relator, Senador José Lins, encerrando os trabalhos dessa Comissão com um mínimo de democracia, com um mínimo de preenchimento daqueles requisitos básicos para o exercício e a legitimação desta Casa, que é o seu contato com a sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Nilson Gibson) — Nobre Deputado Domingos Leonelli, não há questão de ordem a responder. Indago de V. Ex^a se poderia colocar em votação o requerimento do Senador Gastão Müller.

O SR. DOMINGOS LEONELLI — Da minha parte não há problema.

O SR. PRESIDENTE (Nilson Gibson) — Em votação o requerimento do ilustre Senador Gastão Müller.

Os Srs. Parlamentares que são contrários queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado.

Com a palavra o nobre Senador José Lins.

O SR. DOMINGOS LEONELLI — Uma questão de ordem. Eu não comprehendi bem o processo de votação, os que estão contrário a quê?

O SR. PRESIDENTE (Nilson Gibson) — Ao requerimento, evidente. Já foi rejeitado por unanimidade.

O SR. DOMINGOS LEONELLI — Por unanimidade, não, Ex^a Com o meu voto contra.

O SR. PRESIDENTE (Nilson Gibson) — Existe o voto contrário do nobre Deputado Domingos Leonelli.

Com a palavra o nobre Senador José Lins, para fazer a leitura do parecer.

O SR. JOSÉ LINS — Sr. Presidente, nos termos do § 1º...

O SR. PRESIDENTE (Nilson Gibson) — Com licença, Senador, o Deputado Renato Cordeiro está pedindo a dispensa da leitura, porque foi distribuída.

O SR. JOSÉ LINS — V. Ex^a submete à apreciação do Plenário?

O SR. PRESIDENTE (Nilson Gibson) — Submeto à apreciação do Plenário a proposta do ilustre Deputado Renato Cordeiro que pede a dispensa da leitura do parecer, em decorrência de ter sido distribuído.

O SR. DOMINGOS LEONELLI — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nilson Gibson) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Domingos Leonelli.

O SR. DOMINGOS LEONELLI — A distribuição do parecer foi feita hoje, agora, se não me engano, até sem a assinatura do relator. O que foi distribuído aqui foi um texto sem assinatura que está sendo citado como elemento de distribuição prévia, o que não foi feito, foi distribuído hoje e agora. Eu não tenho, e creio que nenhum dos Srs. Senadores e Deputados têm condição de terem um juízo razoável sobre essa matéria sem a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Nilson Gibson) — Não há questão de ordem a examinar.

O SR. DOMINGOS LEONELLI — Sr. Presidente, eu estou dizendo que estou denunciando o fato de que não foi distribuído.

O SR. PRESIDENTE (Nilson Gibson) — Está registrado.

Em votação o parecer do ilustre...

O SR. DOMINGOS LEONELLI — Sr. Presidente, para uma questão de ordem. Eu apresentei uma informação à Presidência e, ao mesmo tempo, uma proposição. A pressa com que V. Ex^a conduz os trabalhos não deve lhe impedir de ouvir. Eu propus que a leitura fosse feita, porque ninguém tomou conhecimento da matéria, ninguém tomou conhecimento do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Nilson Gibson) — Nobre Deputado Domingos Leonelli, V. Ex^a então contesta a proposta que foi formulada pelo ilustre Deputado Renato Cordeiro.

O SR. DOMINGOS LEONELLI — Exato, e propõe-nos outra.

O SR. PRESIDENTE (Nilson Gibson) — Vou colocar em votação a proposta do nobre Deputado Renato Cordeiro para que V. Ex^a reveja que, efetivamente, os membros da Comissão já aprovaram o requerimento do nobre Deputado Renato Cordeiro.

Em votação o requerimento da desnecessidade de ser lido o parecer do ilustre relator, Senador José Lins, que foi distribuído aos membros da Comissão e eles já tiveram conhecimento durante o transcurso da reunião.

Os Srs. membros da Comissão favoráveis ao requerimento do Deputado Renato Cordeiro permanecem como estão. (Pausa.)

Aprovado.

V. Ex^a vota contra, com o Deputado Aurélio Peres. Com a palavra o Senador José Lins, para algum esclarecimento.

O SR. JOSÉ LINS — Sr. Presidente, eu apenas gostaria de dizer a V. Ex^a que, conforme os Senhores viram pelo texto da mensagem que está sendo submetida à Comissão e ao próprio parecer do relator, não há nenhum ponto da mensagem, qualquer dispositivo que fira os direitos adquiridos; segundo, em nada esta mensagem pode prejudicar àqueles que recebem salários das empresas porque o salário em si tem por base o *quantum mensal* que cada um recebe. A questão de ser doze, treze ou quatorze salários é de somenos importância porque podem ser quatorze salários menores. Então, não há nenhuma implicação que vá em prejuízo dos empregados dessas empresas.

Era só o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Nilson Gibson) — Em votação.

O SR. DOMINGOS LEONELLI — O Sr. não vai ocorrer em discussão, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Nilson Gibson) — Os Srs. membros da Comissão favoráveis ao parecer permanecem como estão. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. DOMINGOS LEONELLI — Sr. Presidente, eu pedi para discutir a matéria.

O SR. HORÁCIO MÁTOS — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nilson Gibson) — A matéria já foi votada, nobre Deputado Horácio Matos.

Srs. membros, está encerrada a reunião.

(Depois de encerrada a reunião, há uma discussão entre o Deputado Domingos Leonelli e os componentes da Mesa.)

COMISSÃO MISTA

Incumbida de examinar e emitir relatório sobre a Mensagem nº 64, de 1984-CN, pela qual o senhor Presidente da República comunica haver votado, parcialmente, o Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 1984, (nº 3.555, de 1984, na casa de origem), que “autoriza a inclusão de recursos nos orçamentos da União, e dá outras providências”.

2ª REUNIÃO, REALIZADA EM 8 DE AGOSTO DE 1984

Aos oito dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e oitenta e quatro, às dezessete horas e trinta minutos, na Sala da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Jorge Kalume, Fábio Lucena e Deputados Edison Lobão e Cid Carvalho, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional, in-

cumbida de examinar e emitir relatório sobre a Mensagem nº 64, de 1984-CN, pela qual o Senhor Presidente da República comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 1984, (nº 3.555, de 1984, na Casa de Origem), que “autoriza a inclusão de recursos nos Orçamentos da União, e dá outras providências”.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senador José Sarney e Deputado Roberto Jefferson.

Havendo número regimental, são abertos os trabalhos pelo Senhor Presidente, Senador Fábio Lucena, que solicita, nos termos regimentais, a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, logo após, é dada como aprovada.

Em seguida, é concedida a palavra ao Senhor Relator, Deputado Edison Lobão, que emite relatório à Mensagem nº 64, de 1984-CN.

Posto em discussão e votação, é o relatório aprovado na forma apresentada, com declaração de voto do Senhor Deputado Cid Carvalho.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando, eu, Mauro Lopes de Sá, assistente de Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 75, de 1984-CN, do Senhor Presidente da República submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 2.119, de 14 de maio de 1984, que “dispõe sobre a incorporação da gratificação que menciona ao provento da aposentadoria, e dá outras providências”.

2ª REUNIÃO, REALIZADA EM 18 DE SETEMBRO DE 1984

Aos dezoito dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e oitenta e quatro, às dezesete horas, na Sala de reuniões da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores João Lobo, Claudiomor Roriz, Passos Pôrto, Jorge Kalume, Galvão Modesto, Guilherme Palmeira, Fernando Henrique Cardoso, José Fragelli e Deputados Mozarildo Cavalcanti, Horácio Matos, Oly Fachin, Francisco Dias e Epitácio Cafeteira, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 75, de 1984-CN, do Senhor Presidente da República submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 2.119, de 14 de maio de 1984, que “dispõe sobre a incorporação da Gratificação que menciona ao provento da aposentadoria, e dá outras providências”.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Severo Gomes, Eunice Michiles, Cid Sampaio e Deputados Gomes da Silva, Nosser Almeida, Marcondes Pereira, Gilson do Barros, Aluizio Campos e Matheus Schmidt.

Havendo número regimental, são abertos os trabalhos — pelo Senhor Senador João Lobo, vice-Presidente, no exercício da Presidência, que solicita, nos termos regimentais, a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, logo após, é dada como aprovada.

Prosseguindo, o Senhor Presidente concede a palavra ao Relator, Senhor Deputado Mozarildo Cavalcanti, que emite parecer favorável à Mensagem nº 75, de 1984-CN, nos termos de Projeto de Decreto Legislativo que oferece como conclusão.

Posto em discussão e votação, é o parecer aprovado.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, — para constar, eu, Martinho José dos Santos, Assistente de Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros da Comissão e irá à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 83, de 1984-CN (nº 152/84, na origem), do Senhor Presidente da República submetendo à deliberação do Congresso Nacional, o texto do Decreto-lei nº 2.120, de 14 de maio de 1984, que “dispõe sobre o tratamento tributário relativo a bagagem”.

2ª REUNIÃO, REALIZADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1984

Aos dez dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e oitenta e quatro, às dezesete horas e trinta minutos, na Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores João Lobo, Morvan Acaíaba, Passos Pôrto, Lourival Baptista, Jorge Kalume, Almir Pinto, José Fragelli, Hélio Gueiros e Deputados Ângelo Magalhães, José Carlos Fagundes, Amílcar de Queiroz, Jayme Santana, Horácio Matos, Paulo Minicarone, Paulo Zarzur e Antônio Câmara, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 83, de 1984-CN, (nº 152/84, na origem), do Senhor Presidente da República submetendo à deliberação do Congresso Nacional, o texto do Decreto-lei nº 2.120, de 14 de maio de 1984, que “dispõe sobre o tratamento tributário relativo a bagagem”.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Gabriel Hermes, Pedro Simon, Severo Gomes e Deputados Josué de Souza, Renan Calheiros e Sérgio Lomba.

Havendo número regimental, são abertos os trabalhos pelo Presidente, Senhor Deputado Paulo Zarzur, que solicita, nos termos regimentais, a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, logo após, é dada como aprovada.

Prosseguindo, o Senhor Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Morvan Acaíaba, que emite parecer favorável à Mensagem, nos termos de Projeto de Decreto Legislativo, que oferece como conclusão.

Posto em discussão e votação, é o parecer aprovado sem restrição.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Martinho José dos Santos, Assistente de Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros da Comissão e irá à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de examinar e emitir parecer sobre as propostas de emenda à Constituição nºs 6 e 7, de 1984, que “conferem ao Congresso Nacional, durante a primeira sessão legislativa ordinária da 48ª legislatura, a ser inaugurada em 1º de fevereiro de 1987, funções de Assembléia Nacional Constituinte, estabelecendo normas para o seu funcionamento”.

2ª REUNIÃO, REALIZADA EM 11 DE SETEMBRO DE 1984.

Aos onze dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e oitenta e quatro, às dezesesseis horas, na Sala da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Lourival Baptista, Aderbal Jurema, Galvão Modesto, Passos Pôrto, José Lins, Virgílio Távora, Lenoir Vargas e Deputados Gorgônio Neto, Nosser Almeida, Nilson Gibson, Octávio Cesário, Francisco Salles, João Gilberto e Cristina Tavares, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir parecer sobre as Propostas de Emenda à Constituição nºs 6 e 7, de 1984, que “Conferem ao Congresso Nacional, durante a primeira Sessão Legislativa Ordinária da 48ª legislatura, a ser inaugurada em 1º de fevereiro de 1987, funções de Assembléia Nacional Constituinte, estabelecendo normas para o seu funcionamento”.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Hélio Gueiros, Fernando Henrique Cardoso, Pedro Simon, Severo Gomes e Deputados Jorgê Medauar, Paes de Andrade, Samir Achôa e José Frejat.

Havendo número regimental, são abertos os trabalhos pelo Senhor Senador Aderbal Jurema, vice-Presidente, no exercício da Presidência, que solicita, nos termos regimentais, a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, logo após, é dada como aprovada.

Em seguida, o Senhor Presidente comunica o recebimento de Ofícios da Liderança do Partido Democrático Social, no Senado Federal, indicando os Senhores Senadores Lourival Baptista, Galvão Modesto e José Lins, em substituição aos Senhores Senadores Morvan Acaíaba, Marcondes Gadelha e Almir Pinto; da Liderança do mesmo Partido, na Câmara dos Deputados, os Senhores Deputados Nilson Gibson, Nosser Almeida e Francisco Salles, para integrarem a Comissão, em substituição aos Senhores Deputados Joacil Pereira, Jairo Magalhães e Ronaldo Canedo, anteriormente designados.

Prosseguindo, o Senhor Presidente concede a palavra ao Relator, Senhor Deputado Octávio Cesário, que emite parecer contrário às Propostas de Emenda à Constituição nºs 6 e 7, de 1984.

Em discussão e votação, é o parecer aprovado, votando, vencidos os Senhores Deputados João Gilberto e Cristina Tavares.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Helena Isnard Accauhy Sarres dos Santos, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 1984. Que “Acrescenta Parágrafo ao Artigo 163 da Constituição”.

2ª REUNIÃO, REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 1984.

Aos vinte e nove dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e oitenta e quatro, às dezesesseis horas e trinta minutos, na Sala da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Milton Cabral, Almir Pinto, Luiz Cavalcante, Jorge Kalume, Galvão Modesto, Octávio Cardoso, Hélio Gueiros, Marcelo Miranda, Gastão Müller e Deputados Fábio Mendonça, João Batista Fagundes, Samir Achôa e Alberto Goldmann, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de estudo e parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 1984, que “Acrescenta parágrafo ao artigo 163 da Constituição”.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Odacir Soares, Alberto Silva e Deputados Léo Simões, Clark Platon, Adhemar Ghisi, Márcio Macedo, Carlos Peçanha, João Herrmann e Sebastião Atafde.

Havendo número regimental, são abertos os trabalhos pelo Senhor vice-Presidente da Comissão, Deputado João Batista Fagundes, que solicita, nos termos regimentais, a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que, logo após, é dada como aprovada.

Em seguida, o Senhor Presidente concede a palavra ao Relator da matéria, Senador Milton Cabral, que emite parecer contrário à Proposta, na forma apresentada.

Posto em discussão e votação, é o parecer aprovado, votando, vencidos, os Senhores Senadores Hélio Gueiros, Luiz Cavalcante, Marcelo Miranda e Deputados Alberto Goldmann e Samir Achôa.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Mauro Lopes de Sá, Assistente da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície:

Semestre	Cr\$	3.000,00
Ano	Cr\$	6.000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície:

Semestre	Cr\$	3.000,00
Ano	Cr\$	6.000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF, Conta-Corrente nº 920001-2, a favor do:

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF
CEP 70.160

REFORMA ADMINISTRATIVA

**ORGANIZAÇÃO
DA ADMINISTRAÇÃO
FEDERAL**

Decreto-Lei nº 200, de 1967

Texto atualizado e anotado

Legislação alteradora

Legislação correlata

4ª edição — 1984



**À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas,
Senado Federal, 22º andar. Brasília, DF — CEP 70160**

Encomenda mediante cheque visado

pagável em Brasília ou vale postal.

Atende-se, também, pelo reembolso postal.

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA

(4^a edição — 1982)

Leis e Instruções que regulam as eleições de 1982

Textos atualizados, consolidados, anotados e indexados:

- Código Eleitoral
- Lei Orgânica dos Partidos Políticos
- Lei das Inelegibilidades
- Lei de Transporte e Alimentação
- Lei das Sublegendas

*Legislação alteradora e correlata.
Instruções do Tribunal Superior Eleitoral.*

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas
— Senado Federal (22º andar do Anexo I) —
Brasília, DF — CEP 70160, ou mediante vale postal
ou cheque visado pagável em Brasília (a favor da
Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Fede-
ral). Atende-se, também, pelo reembolso postal.

Preço: Cr\$ 1.500,00

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Número Comemorativo do 20º Aniversário do Periódico

Está circulando o nº 81 da *Revista de Informação Legislativa*, periódico trimestral de pesquisa jurídica e documentação legislativa, publicado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número contém 420 páginas e circula com um *Suplemento Especial* — “Integração na América Latina” (696 páginas) — e o *Índice da Revista de Informação Legislativa* (nºs 1 a 80).

Sumário do nº 81:

- O Poder Legislativo moderno no Estado: declínio ou valorização?
— *Senador Fernando Henrique Cardoso*
A Lei nº 6.515: crítica e autocritica — *Senador Nelson Carneiro*
O pesquisador e o professor pesquisador no magistério superior —
Senador Aderbal Jurema
A evolução política dos Parlamentos e a maturidade democrática
— O exemplo modelar do Parlamento Inglês — *Almir de Andrade*
História dos Parlamentos: um esboço — *Luiz Navarro de Britto*
O poder constituinte e sua pragmática — *Paulino Jacques*
Constituição, constituinte, reformas — *Clóvis Ramalhete*
Técnica constitucional e nova Constituição — *Josaphat Marinho*
A limitação do poder constituinte — *Fernando Whitaker da Cunha*
Uma Constituição brasileira para o Brasil — *Paulo de Figueiredo*
O direito constitucional e o momento político — *Paulo Bonavides*
Valor e papel do Congresso — *José Carlos Brandi Aleixo*
Imunidades Parlamentares — *Rosângela Russomano*
Teoria geral dos atos parlamentares — *José Alfredo de Oliveira Baracho*
O “discurso intervencionista” nas Constituições brasileiras —
Washington Peluso Albino de Souza
O “lobby” nordestino: novos padrões de atuação política no Congresso brasileiro — *Antônio Carlos Pojo do Rego*
O Congresso e o ápice da crise constitucional-tributária — *Ruy Barbosa Nogueira*

Reforma tributária (Emenda Constitucional nº 23, de 1º de dezembro de 1983) — *Geraldo Ataliba, Aires Fernandino Barreto e Cléber Giardino*

A sentença normativa e o ordenamento jurídico (perspectiva político-constitucional) — *Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena*
Sumário do Suplemento Especial — “Integração na América Latina”:

Introdução geral — Modelos de integração regional na Europa e na América Latina e papel das integrações regionais — *Fáusto Pocar*

Integração na América Latina — *José Carlos Brandi Aleixo*
Da ALALC à ALADI — *Andrea Comba*

Da ALALC à ALADI — *Luiz Dilemundo de Castello Cruz*
O Sistema Econômico Latino-Americano — SELA — *Humberto Braga*

O Grupo Sub-Regional Andino — *Massimo Panebianco*
Mercado Comum Centro-Americano — *José Carlos Brandi Aleixo*

Comunidade do Caribe — CARICOM — *Humberto Braga*

O Tratado da Bacia do Prata — *Anna Maria Villela*

Tratado de Cooperação Amazônica — *Rubens Ricupero*

Modelos de integração na América Latina: a ALADI e o SELA — *Massimo Panebianco*

As Nações Unidas e a Nova Ordem Econômica Internacional (com especial atenção aos Estados latino-americanos) — *Antônio Augusto Cançado Trindade*

Textos Básicos

Preço do exemplar (com o Suplemento e o Índice): Cr\$ 2.000,00

Assinatura para 1984 (nºs 81 a 84): Cr\$ 8.000,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal — 22º andar — Brasília, DF — CEP 70.160.

Encomenda mediante cheque visado pagável em Brasília ou vale postal. Atende-se também pelo reembolso postal.

**Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 50,00